

## ENSINO RELIGIOSO OU EDUCAÇÃO RELIGIOSA? UM OLHAR À LUZ DA HISTÓRIA DAS RELIGIÕES<sup>1</sup>

Ingrid Luane Campêlo de Oliveira

(Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino, História e Narrativas – PPGHEN)

(Universidade Estadual do Maranhão - <http://www.uema.br/>)

A proposta do seguinte trabalho é problematizar o ensino da(s) religião(ões) à luz da teoria e método da História das religiões, com a perspectiva de levantarmos indagações sobre os (des)caminhos que este ensino religioso tem percorrido nas escolas públicas do país de ensino fundamental e se este mesmo saber tem por base o cientificismo ou a fé do "outro" como centro de suas análises. Para tanto, a análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso de 1997 e a trajetória de um dos seus principais agentes gerenciadores, o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), serão vias de compreensões e leituras que percorreremos para que consigamos aprofundar as problemáticas deste processo de ocupação dos espaços públicos educacionais de grupos religiosos com interesses diversos, e a relação entre História e Religião dentro do âmbito da educação no país.

Palavras-chaves: Educação. História. Religião. FONAPER

### Introdução

Sob o olhar de Certeau (2007), a relação entre a história e a teologia é um problema contínuo e interno da própria história. Uma problemática que, por sua vez, desencadeou especialmente desde o período das “Luzes”, uma associação simplista da religião apenas à superstição, e, em última análise, recebendo um caráter folclorizado abandonada à margem de uma série de críticas, como se esta fosse apenas uma alegoria social.

Desde o século XIX, momento este em que o conhecimento histórico foi introduzido no currículo escolar, é verificável a dimensão problemática desta relação entre a história e o estudo das religiões, pois a própria História foi incluída juntamente com outros saberes, dividindo o mesmo espaço com a História Sagrada, recebendo, assim, o mesmo objetivo: formação moral do aluno (Parâmetro Curricular de História, 1996, p. 19).

Diante de alguns obscurantismos e problemáticas encontradas nesta relação entre história e religião principalmente ao que tange os debates sobre religiões e religiosidades em sala de aula quando analisados a partir das orientações dadas pelo Parâmetro Curricular Nacional do Ensino Religioso, o seguinte debate se caracteriza por também analisar este documento sob um olhar historicizado na perspectiva de historicizar o tema sob outros aspectos teóricos e metodológicos da História das Religiões. Além de que também pensando a trajetória do FONAPER e dos sujeitos que o compõe – um dos agentes organizadores do PCN(ER) - e suas articulações em legitimar o ensino da religião nos espaços educacionais públicos, também nos é de suma importância quando nos

<sup>1</sup> Parte do projeto da linha de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino, História e Narrativas – PPGHEN.

interessa compreendermos a forma como esse ensino religioso no Brasil conquistou espaços e voz nestes lugares sociais da educação.

Neste sentido, o que propomos é desnaturalizarmos, à luz da História, a presença da religião nos âmbitos escolares, historicizando o projeto de escolarização do ensino da (s) religião(ões) na tentativa de questionarmos indicações doutrinárias, que muito mais se pauta não negação do “outro”, do que na diversidade de experiências religiosas em sala de aula.

### **Breves abordagens sobre História, Religião e Educação**

Os estudos modernos marcaram, sobre alguns aspectos, esta clivagem de como “fazer história” e o que seria “história”: seus métodos são resignificados e recebem um novo sentido. O que irá se perceber é que “o saber historiográfico moderno se colocou em franca oposição ao predomínio da teologia nos pressupostos teóricos de estudo do passado” (ISRAEL, 2010, p. 235). Isto nos indica que, em um período que até então era marcado rigidamente por uma história eclesiástica, agora a historiografia, tal como o Estado moderno, rompe com a representação de um sujeito invisível a reger o plano sócio-político dos grupos e dos territórios, para então construir uma escrita da história a mercê das funções que esse próprio Estado propõe no sentido de conceber o que é de seus interesses.

Deste modo, o “religioso” passa a assumir um caráter marginal e atemporal na História, rejeitado para as fronteiras sociais, distante das centralidades dos debates. Assim, o movimento que se estabelece é de uma construção sobre a base de silenciamentos, ou seja, ao passo que engendram-se leituras doutrinárias como únicas vias de compreensão ao que permanece nas profundezas intelectuais deste sujeito histórico, desencadeia, na mesma medida, interpretações imediatas e sem criticidade a respeito do mesmo (CERTEAU, 2007, p. 35). Marginalizados e estranhos à História - tanto a tradição religiosa quanto o “religioso”, relegado à margem do que cabia ao Estado - Instituições religiosas se apropriam, agora, de maneira demarcada e exclusivista do encaminhamento destas discussões nos espaços que lhes convêm, uma vez que, antes, já assim o fazia desde o período colonial quando Estado e Igreja, inteiramente imbricados um ao outro, decidiam políticas públicas aplicáveis a partir de seus anseios políticos.

Uma relação que ora muito bem estabelecida e que por agora deveria ser interrompida, provocou uma série de desdobramentos que, inclusive, traçava a partir da Constituição de 1891, os encaminhamentos a serem seguidos para o novo formato de ensino religioso que o Estado iria propor, pois agora - em tese - a laicidade seria a prerrogativa máxima desta instituição como marca clara deste rompimento com o saber e o poder eclesiástico. Abriu-se, por assim, uma lacuna para a

forma que agora a religião, enquanto também dimensão política, poderia ser pensada e de que forma seria pensada. Temos, então, portanto, uma dimensão de poder para onde convergem poderes políticos, relegados à margem e silenciados. Deste modo, percebe-se que,

a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989,p.8).

Neste sentido, é certo que esse movimento brusco de rompimento moderno ocasionou na escrita da História uma série de problemáticas, lacunas e silenciamentos quanto ao que tange, principalmente, os debates nos domínios da sala de aula a respeito do que deve ser de fato problematizado dentro do campo da religião. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino da História nos indica que, embora o saber historiográfico eclesiástico tenha sido categoricamente separado dos interesses do Estado,

a moral religiosa foi absorvida pelo civismo, orientando a ideia de que os conteúdos da História Pátria não deveriam ficar restritos ao âmbito específico da sala de aula. Práticas e rituais cívicos, como festas, desfiles, eventos comemorativos e celebrações de culto aos símbolos da Pátria, foram desenvolvidos para envolver o conjunto da escola e estabelecer o ritmo do cotidiano escolar. Esperava-se que o estudante recebesse uma formação moral cristã atrelada a uma consciência patriótica, sustentada na ideologia da ciência, do progresso e da ordem (PCN: EH, 1996, p. 21).

Desta forma, o que percebemos é que o problema encontrado pelo o ensino da religião à luz da História é muito mais profundo do que possamos mensurar em termos absolutos e conclusivos. Ou seja, ainda que o FONAPER (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso), um dos agentes gerenciadores das articulações para a institucionalização do ensino da religião nos espaços escolares, tenha estabelecido a proposta do ensino das tradições religiosas com base na diversidade cultural do país e do mundo - quando analisados pelo viés histórico os termos e os conceitos que permeiam todo o Parâmetro Curricular Nacional do Ensino Religioso (1997) - nos deparamos com a insuficiência de profundidade caso queiramos encaminhar nosso ensino despido de proselitismo.

Diante da complexidade e das suas interfaces sociais, tomamos a mesma reivindicação da autora Elizete da Silva (2011), quando nos alerta que o Ensino Religioso deve fazer parte das preocupações dos historiadores e das historiadoras nos Programas de Pós-Graduação, devido aos inúmeros equívocos e distorções que continuam a serem repetidas legitimadas principalmente pela legislação federal que o regula. Portanto, falar e pensar em Religião é também investigar vestígios

humanos no tempo e no espaço (pensando no que foi categorizado como o ofício do historiador (a) por March Bloch) e, sobretudo, além de investigar, é questionar, as suas várias formas de fazer política, portanto, o seguinte trabalho propõe esta discussão com tais considerações pontuadas.

### **Referências Bibliográficas:**

ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. Distinções no campo de estudos da religião e da história. In: GUERRIERO, Silas (Org.). **O estudo das religiões, desafios contemporâneos**. São Paulo: Paulinas, 2003.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CERTAU, Michel de. **A escrita da História**. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Amo Vogel. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. In: \_\_\_\_\_. Durkheim (Os pensadores). Seleção de textos: José Arthur Giannotti. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

CHEVITARESE, André Leonardo, Gabriele CORNELLI. **Judaísmo, Cristianismo, Helenismo**. Itu: Ottoni Editora, 2003.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano** / Mircea Eliade ; [tradução Rogério Fernandes]. – São Paulo: Martins Fontes, 1992. Título original: Le sacré et le profane.

FÓRUM PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso**. 2. ed. São Paulo: AM Edições, 1997.

GOMES, Francisco José Silva. **A religião como objeto da História**. In: LIMA, Lana L. da Gama et al. História e Religião. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IZIDORO, José Luiz. **Diversidade étnico-cultural e identidades fluidas na construção das comunidades cristãs no contexto do cristianismo primitivo**. In \_\_\_\_\_. Anais do II Encontro Nacional de História das Religiões e das Religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. ISSN 1983-2859.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; MENEGHETT, Rosa Gitana Krob; WASCHONICZ, Lílian Anna. **Ensino Religioso e Sua Relação Pedagógica**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

LOPES, Marcos Antônio (org.). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, 184p.

MONTEIRO, Ana Maria; GABRIEL, Carmen T. ; de ARAÚJO, Cinthia Monteiro; da COSTA, Warley (Orgs.). **Pesquisa em Ensino de História. Entre desafios epistemológicos e apostas políticas**. Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2014.

PIRES, Tiago. **A especificidade do religioso: para uma história religiosa**. In\_\_\_\_. Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões, 11, 2009. Goiânia: Campos II, UFG, 2009.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

QUADROS, Eduardo Gusmão de; SILVA, Maria da Conceição (Orgs). Sociabilidades Religiosas: mitos, ritos e identidades. In: SILVA, Elizete da. **História das Religiões: perspectivas e abordagens**. – São Paulo: Paulinas, 2011. – (Coleção estudos da ABHR)